

ALCKMIN E DÓRIA: DUAS FACES DA MESMA MOEDA? UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA DAS ELEIÇÕES DE 2014 E 2018 PARA O GOVERNO DE SÃO PAULO

Jayane dos Santos Maia¹
Thais Cavalcante Martins²

Resumo: O artigo tem por objetivo verificar a distribuição da votação do PSDB para o governo de São Paulo comparativamente entre as eleições de 2014 e 2018, que tiveram, respectivamente, Geraldo Alckmin e João Dória como candidatos. Buscamos avaliar as principais modificações ocorridas no cenário eleitoral que contribuíram para a diminuição em 2018 da votação do partido no estado. A partir dos dados de votação no primeiro turno e do grau de escolaridade média e idade média para mais de 80 mil seções eleitorais, constatamos que, embora a votação de Dória não tenha sido tão expressiva quanto a votação obtida por Alckmin em 2014, o perfil do eleitorado de ambos se assemelha quando visualizamos graficamente a distribuição da votação por grau de escolaridade média e faixa etária média na seção eleitoral. Em ambas as votações os eleitores mais velhos e mais escolarizados tendem a ter um peso maior nas votações dos candidatos.

Palavras chave: eleições; PSDB; São Paulo; governador

Recebido em: 15/05/2019

Aceito em: 12/08/2019

¹ Doutoranda em Ciência Política no German Institute of Global and Area Studies (GIGA)/Universidade de Hamburgo, Institute of Latin American Studies (ILAS), Bolsista DAAD. E-mail: jayane.maia@giga-hamburg.de

² Doutoranda em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Bolsista Capes. E-mail: thais.cmaartins@gmail.com

ALCKMIN AND DORIA: TWO SIDES OF THE SAME COIN? AN EXPLORATORY ANALYSIS OF THE 2014 AND 2018 ELECTIONS FOR SÃO PAULO'S GOVERNMENT

Abstract: The article aims to verify comparatively the distribution of the PSDB's voting for São Paulo's government between the 2014 and 2018 elections, which had, respectively, Geraldo Alckmin and João Doria as candidates. We assess the significant changes in the electoral scenario that might have contributed to the PSDB's voting decline in the state in the last election. Our brand-new database has first-round voting data and average schooling and age for more than 80,000 voting sections. Although Doria's voting was not as expressive as Alckmin's in 2014, we argue the voters' profile of both candidates is similar. We observe a clear pattern when we visualize the distribution of voting, considering the two social variables in the voting sections. As the main result, older and more educated voters tend to have a higher weight in the voting of both candidates.

Key-words: elections; PSDB; Sao Paulo; governor

Introdução

Antes de iniciada a corrida presidencial, se questionado qual seria o desfecho das eleições de 2018, muitos teriam respondido que a disputa gravitaria em torno do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Do mesmo modo, apostariam que o PSDB, mais uma vez, sairia hegemônico da corrida ao governo do estado de São Paulo. Aqueles que tivessem apostado as suas fichas em tais resultados, orientando-se por tendências de eleições anteriores, teriam perdido parcialmente as suas apostas (Borges e Vidigal, 2018; Braga e Pimentel, 2011).

Essa parcialidade é decorrente de duas questões. Por um lado, para as eleições presidenciais a polarização se manteve, mas a centralidade da disputa envolveu outros atores³. Por outro lado, para o caso paulista, o PSDB foi vencedor, mas, ao contrário das últimas eleições, viu de perto a sua hegemonia no estado ameaçada.

Neste artigo buscamos avaliar esse último ponto. O estudo exploratório que realizamos aqui tem dois objetivos. Primeiro, buscamos verificar no nível mais baixo de agregação – as seções eleitorais – o quanto a votação do PSDB em 2018 decresceu em relação às eleições de 2014 e quais podem ter sido as razões que contribuíram para tal diminuição. Segundo, almejamos verificar se existe algum padrão na distribuição dos votos nas duas eleições, considerando dois indicadores socioeconômicos: educação e idade.

Para isso, trabalhamos com uma base de dados original, na qual constam informações para mais de 80 mil seções eleitorais. Sabendo que não podemos considerar homogênea a distribuição dos dados que visualizamos no nível agregado, como é o caso dos municípios⁴, trabalhamos com o grau mais baixo de agregação, isto é, a seção eleitoral, como forma de oferecer ao leitor uma descrição mais realista da distribuição da votação para governador em SP.

Assim, organizamos dados de votação para governador nas eleições de 2014 e 2018, o que nos permitiu visualizar a distribuição dos votos para os candidatos em cada uma das urnas consideradas na série de dados. Agregamos ainda os dados de perfil do eleitorado para cada seção, nomeadamente informações acerca do grau médio de escolaridade e faixa etária média.

É nesse ponto que reside a principal contribuição desse artigo aos estudos eleitorais. Indo na contramão da vasta literatura que analisa a competição interpartidária, ou seja, a disputa eleitoral entre dois ou mais partidos (Braga et al., 2018; Nicolau, 2014; Limongi e Guarnieri, 2014; Meneguello e Bizzarro, 2012; Limongi e Mesquita, 2008), buscamos demonstrar aqui como a

³ A disputa foi protagonizada pelos candidatos do PT e do Partido Social Liberal (PSL).

⁴ Um dos problemas mais recorrentes em se trabalhar com os dados municipais de forma agregada é desconsiderar as diferenças no perfil dessas localidades, tais como porte e tamanho do eleitorado. Os estudos que tratam da distribuição da votação, e que consideram todos municípios como uma unidade de análise, sem as referidas diferenciações, estão sujeitos a introduzir viés na análise. As seções eleitorais, portanto, oferecem uma descrição mais realista quando se trata de distribuição dos votos.

votação de um único partido, o PSDB, se distribuiu no território paulista entre as eleições de 2014 e 2018, levando em consideração educação e idade dos inscritos nas seções eleitorais.

O propósito não é traçar explicações acerca do comportamento eleitoral, mas sim demonstrar que, a despeito da significativa diferença de votação recebida pelo partido entre as duas eleições e da discrepância da trajetória dos pleiteantes, há similaridade no perfil sociodemográfico dos eleitores que optaram pelo PSDB nas duas ocasiões. Diante disso, realizamos um esforço de caracterizar de forma mais precisa a relação entre o voto e as características sociais do eleitorado paulista.

Há mais de duas décadas o PSDB está à frente do governo de São Paulo, o estado mais rico e populoso do país. Com cerca de 44 milhões de habitantes e 33 milhões de eleitores, o estado configura-se como o maior colégio eleitoral do Brasil. Ademais, concentra pouco mais de 23% da população brasileira e 32% do PIB nacional⁵. Em razão da sua dimensão eleitoral e de sua importância política e econômica, o estado atrai a atenção particular dos candidatos e partidos durante as eleições.

São Paulo, que possui um vasto campo político e dispõe de um alto número de cargos representativos⁶, conta com a presença massiva das mais variadas agremiações. Contudo, a despeito de o sistema partidário paulista ser caracterizado por alta fragmentação e competição (Meneguello e Bizzarro, 2012), ao longo dos últimos 24 anos o PSDB assegurou a sua proeminência nas eleições para o Executivo estadual.

Em 2018, a sigla garantiu pela sétima vez consecutiva a eleição ao Palácio dos Bandeirantes. O ciclo que foi iniciado em 1994, com a eleição de Mário Covas, marca a hegemonia política dos tucanos. Ao longo desse período, o partido não esteve diretamente à frente do governo estadual por apenas dois breves momentos. Em ambos, a razão foi a mesma: Geraldo Alckmin se afastou do cargo para disputar as eleições presidenciais, primeiro em 2006 e depois em 2018⁷.

A hegemonia do PSDB no estado também pode ser atestada pelo fato de que, após 2002, todos os seus candidatos ganharam a disputa no primeiro turno, com destaque para as eleições de 2014, em que Geraldo Alckmin foi reeleito com mais de 50% dos votos na quase totalidade dos municípios (Maia, 2016). Em 2018, no entanto, o partido amargou o seu pior resultado. Embora vitorioso nas urnas, o PSDB levou a competição para um acirrado segundo turno. Foi um cenário totalmente diverso das eleições precedentes e da média de votos recebida por seus copartidários.

Em nenhum outro estado do país há registro de presença tão duradoura de um mesmo partido no governo. Apenas o Acre contava com continuidade similar, visto que ali o PT governou

⁵ Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo (SEADE). Para mais informações, ver: <<http://www.seade.gov.br/>>. Acessado em março de 2019.

⁶ No estado de São Paulo são 645 vagas para prefeito, quase 7 mil vagas para vereadores, 94 vagas para deputado estadual e 70 vagas para deputado federal.

⁷ Nos dois casos quem assumiu o exercício da função foi o vice-governador. Em 2006 o cargo foi exercido por Cláudio Lembo (PFL), e em 2018, por Márcio França (PSB).

por 20 anos, sendo eleito pela primeira vez em 1998 e deixando o posto em 2018, após perder a disputa para o Progressistas (PP)⁸. É justamente essa larga continuidade que faz com que o caso de São Paulo seja particular e desperte a atenção de inúmeros acadêmicos.

A hegemonia tucana somada ao peso político e econômico de SP tornam o estado objeto das mais variadas análises políticas (Braga et al., 2018; Kerbauy e Dias, 2017; Maia, 2016; Meneguello e Bizzarro, 2012; Lamounier, 1980; Weffort, 1965). Não obstante, estudos que pautem as razões que levam à institucionalização do PSDB no governo paulista ainda são escassos, bem como trabalhos que comparem e expliquem as votações recebidas pelos quatro peessedebistas que já venceram a disputa para o governo.

Nesse sentido, a pergunta que direciona este artigo é: como se distribuiu a votação do PSDB para o governo estadual paulista entre as duas últimas eleições (2014 e 2018) considerando o grau de escolaridade e idade dos eleitores? A hipótese geral é que, embora o desempenho eleitoral de Dória não tenha alcançado o de Alckmin em 2014, isso não significou uma mudança total do perfil dos eleitores que votaram em ambos.

A despeito da imagem dos partidos enquanto interlocutores efetivos dos cidadãos perante o Estado esteja sendo afetada por uma crise de representatividade, que tem se difundido nas democracias contemporâneas (Baquero e Vasconcelos, 2013; Mainwaring, 2006), as organizações partidárias ainda são os principais atores de intermediação entre as instituições representativas e a sociedade (Lisi, 2011; Mainwaring, 2006). A articulação por elas de clivagens sociais favorece a estruturação das preferências dos eleitores, indicando a sua capacidade de fixar um eleitorado estável (Lisi, 2011).

Ainda que as explicações acerca da estruturação do voto segundo características específicas de grupos sociais tenham enfraquecido nas últimas décadas (Lisi, 2011; Jalali, 2007), acreditamos que o perfil sociodemográfico do eleitorado que optou por um candidato tucano se manteve. O suposto é que os eleitores paulistas com maior grau de instrução e idade tendem a votar no PSDB, embora o partido conte com uma base social heterogênea (Mainwaring, 2001).

A hipótese de uma relação proporcional entre voto no PSDB e nível educacional está assentada em achados da literatura recente que indicam que os partidos de centro-direita⁹ tendem a ter maior penetração entre os eleitores com maior escolaridade (Limongi e Mesquita, 2008; Maia, 2016; Limongi e Guarnieri, 2014; Lisi, 2011).

No que se refere à faixa etária, embora existam poucos estudos que explorem a sua relação com o voto, a hipótese é que a população mais velha tende a votar mais no PSDB. Lisi (2011) aponta que em Portugal as bases de apoio dos partidos de centro-direita são caracterizadas por um gradual envelhecimento. Maia (2016), em estudo no qual analisa a distribuição da votação de Alckmin nos municípios paulistas, aponta que quanto maior o índice de envelhecimento municipal

⁸ Até 2017 o partido era chamado de Partido Progressista e atendia pela mesma sigla.

⁹ Segundo a divisão ideológica dos partidos políticos brasileiros feita por Maciel et al. (2017) e Zucco (2009), o PSDB é considerado um partido de centro-direita.

maior tende a ser a votação no tucano. Assim, esperamos que a mesma associação ocorra para o nível mais desagregado dos dados.

Vale ressaltar que, com isso não pretendemos afirmar que variáveis individuais, como a escolaridade e a idade, são preditoras de votos, mas sim que as características exploradas constituem um traço do perfil do eleitorado paulista que depositou o seu voto em um candidato do PSDB.

Este estudo, conforme já mencionado, tem caráter exploratório. É um esforço que visa fornecer dados descritivos que sirvam de base para estudos futuros que busquem explicações com relação às reeleições do PSDB em SP. Em alguns momentos, não nos abstermos de fazer inferências a partir dos dados que coletamos e analisamos. No entanto, tais suposições somente poderão ser confirmadas com precisão em outros trabalhos.

O texto está organizado em cinco partes. Na primeira, resgatamos de maneira breve a trajetória do PSDB, sublinhando questões relativas a seu desempenho eleitoral. Num segundo momento, exploramos o contexto das disputas que nos interessam aqui, nomeadamente as eleições para o governo paulista em 2014 e 2018. Na terceira parte, delineamos a metodologia utilizada para a organização dos dados. Na seção seguinte analisamos e discutimos os resultados encontrados. Ao final, resumimos os nossos achados e apontamos questões de interesse para a investigação em estudos posteriores.

1. RELEMBRANDO O PASSADO: AS ORIGENS DO PSDB

Criado em junho de 1988, durante a Assembleia Constituinte, o PSDB foi fundado, sobretudo, por dissidentes do então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em razão de sua origem no parlamento, a sigla se tornou o que no modelo de Duverger (1980) corresponderia ao “partido de quadros” (Braga et al., 2018). Do total de 116 fundadores, 35 eram paulistas. Nenhum outro estado da federação contava com tantos representantes.

Em tese, a dissidência se deu por divergências ideológicas. A alegação seria o predomínio de uma corrente conservadora, que reduzia o espaço de atuação de membros do partido que se consideravam mais progressistas. Além disso, a decisão acerca do sistema de governo a ser adotado pela Constituição dividiu os membros do PMDB entre presidencialistas e parlamentaristas. Esses últimos dariam início à criação do PSDB.

De toda forma, diversos membros saíram do PMDB por falta de espaço político (Roma, 2002), e a dissidência se deu, em grande medida, pelo anseio de alguns integrantes por mais poder dentro do partido, embora a justificativa formal não tenha sido essa.

Logo após a criação da legenda, o partido concorreu às eleições de 1989. Mário Covas, primeiro presidente do PSDB, foi lançado candidato à Presidência da República, ficando apenas em quarto lugar. No ano seguinte, o partido concorreu pela primeira vez aos governos estaduais,

conquistando tão somente o governo do Ceará. Para os cargos legislativos, a sigla elegeu 74 deputados estaduais, 38 deputados federais e um senador.

Na eleição de 1994, seis anos após a fundação, o seu desempenho foi superior. Além de eleger Fernando Henrique Cardoso para o cargo do Executivo federal¹⁰, o partido conquistou seis governos estaduais, entre eles São Paulo¹¹. A representação do partido também cresceu nas casas legislativas.

Nesse ano, foram eleitos 96 deputados estaduais, 62 deputados federais e nove senadores. O sucesso no pleito garantiu ao PSDB uma posição de destaque na competição eleitoral. O partido tornou-se, a partir de então, uma das mais importantes agremiações do país, assegurando a sua relevância tanto no âmbito nacional quanto no subnacional.

No que tange às eleições presidenciais, o partido se converteu em um dos principais protagonistas (Limongi e Guarnieri, 2014). Embora tenha assegurado a vitória apenas em 1994 e 1998, mobilizou a preferência de grande parte do eleitorado, garantindo a segunda colocação para a disputa ao Executivo nacional entre os anos de 2002 e 2014. O feito também o colocou na posição de principal opositor ao governo, durante os mandatos do PT.

Na esfera subnacional, a legenda, além de conquistar um grande número de executivos municipais, figurando desde a década de 90 entre a segunda ou terceira força em número de prefeituras, também assegurou um extenso número de cadeiras nas câmaras municipais de todo o país.

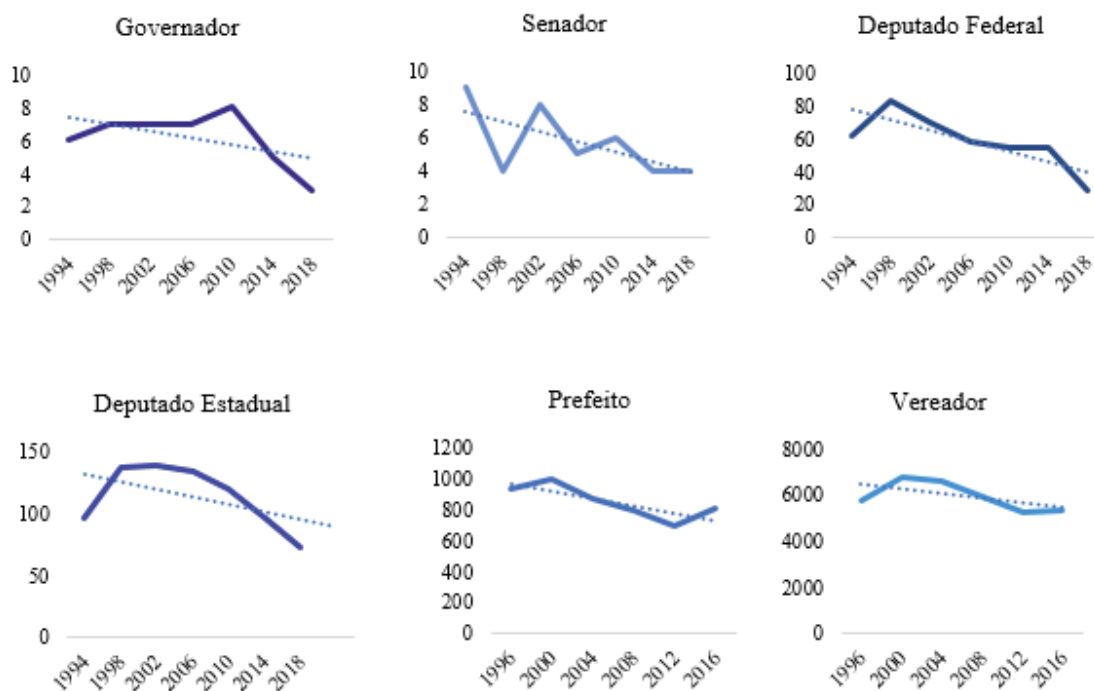
No que se refere aos governos estaduais, o PSDB vislumbrou uma linha crescente até 2014, quando teve algumas baixas – passando de oito para cinco estados governados nesse ano. A despeito de tal redução no número de executivos estaduais, o partido manteve-se à frente de importantes territórios, como São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás e o Distrito Federal.

Em 2018, a queda foi maior: elegeu apenas três governadores. O único território mantido foi justamente o estado de São Paulo. O Gráfico 1 apresenta o desempenho do partido para variados cargos desde as eleições de 1994 até 2018.

¹⁰ A vitória do PSDB foi creditada ao sucesso do Plano Real, lançado durante o governo de Itamar Franco, quando Fernando Henrique foi ministro da Fazenda. Mas também se deve às alianças firmadas entre o PSDB e outros partidos, sobretudo o PFL, o que permitiu que a agremiação acessasse durante a campanha outras regiões do país, notadamente o Nordeste (Limongi e Guarnieri, 2014).

¹¹ Em São Paulo o sucesso eleitoral deve ser compreendido a partir da conjuntura política local. O PMDB, que era até então o partido mais forte em São Paulo, foi desestabilizado durante o governo de Fleury Filho. Após a troca de acusações entre ele e seu antecessor, Orestes Quéricia, motivadas por escândalos de corrupção, o partido ficou fragilizado. O PSDB, aproveitando-se de tal cenário, fez uma campanha consistente, que somada a outros aspectos, resultou na vitória de Covas (Maia, 2016).

Gráfico 1 – Desempenho eleitoral do PSDB para os diferentes cargos (1994-2018)¹²



Fonte: Elaboração das autoras a partir dos dados do TSE

O Gráfico 1 permite visualizar que embora o partido tenha conquistado um número importante de postos em todo o território nacional, ao longo dos anos houve uma tendência negativa para o número de candidatos eleitos em todos os cargos. O fato pode ser compreendido levando-se em conta que as eleições recentes se tornaram mais competitivas e fragmentadas.

Diante disso, é possível traçar dois argumentos iniciais: i) o PSDB, possivelmente, devido ao fato de ter integrantes envolvidos em escândalos de corrupção, tem perdido espaço para outras agremiações, inclusive para novas siglas que vêm surgindo ao longo dos anos; ainda assim, permanece como uma das mais importantes siglas do país, elegendo um alto número de candidatos, e ii) a debacle do partido não é um fenômeno da última eleição, pois há uma tendência à diminuição do espaço ocupado pelo partido nos distintos níveis de governo. Nesse sentido, o estado de São Paulo se insere, porém se descola de uma tendência geral.

¹² O mandato dos senadores tem a duração de oito anos. No sistema eleitoral brasileiro, a renovação da casa ocorre de maneira parcial.

1.1. O PSDB EM SÃO PAULO

Apesar de estar presente em todo o país, o estado de São Paulo é considerado o berço do PSDB. Além de ser a região de origem da maior parcela de suas principais lideranças nacionais, também é aí que há mais tempo a legenda exerce o controle político (Braga et al., 2018; Meneguello e Bizarro, 2012; Maia, 2016; Roma, 2002).

Há 24 anos os paulistas são governados por tucanos, o que permite asseverar a hegemonia do PSDB no estado. Isso não significa, evidentemente, que o partido não encontrou problemas de ordem interna ou externa para a sua manutenção no poder, mas indica que, ao final do pleito, saiu vitorioso, o que lhe possibilitou seguir governando a maior unidade federativa do país.

Para cada disputa, o partido se defrontou com um cenário distinto. Em 1994, ano que marca o início da trajetória do PSDB no estado, Mário Covas garantiu a vitória no segundo turno contra Francisco Rossi, do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Em 1998, a sigla enfrentou a força do malufismo no estado; contudo, garantiu a reeleição de Covas.

Nesse pleito, tornou-se manifesta a predileção do eleitorado interiorano por candidaturas tucanas. Enquanto Covas teve um melhor desempenho nas cidades do interior, Maluf, que concorreu pelo então Partido Progressista Brasileiro (PPB) e já havia sido prefeito da capital¹³, congregou os votos da região metropolitana de São Paulo (Maia, 2016).

A partir de 2002, com raras exceções, os tucanos disputaram as preferências eleitorais com os candidatos do PT – legenda que ganhou terreno não apenas em terras paulistas, mas em todo o território nacional. Nessa eleição, o PSDB teria como candidato Geraldo Alckmin, vice-governador na chapa de Covas, que havia assumido o governo em 2001, após a morte de seu antecessor e padrinho político.

Para uma parcela da cúpula do PSDB, Alckmin não seria apenas o sucessor de Covas no governo, mas também o seu sucessor político. Todavia, esse entendimento não era unânime dentro do partido. Os membros mais próximos de José Serra manifestavam dúvidas sobre a escalada de Alckmin. A despeito das divergências internas, o “picolé de chuchu”, como ficou conhecido entre seus correligionários, foi o nome escolhido para concorrer às eleições.

Neste ano, além de tais desavenças, o candidato enfrentou duras críticas durante a campanha, sobretudo relacionadas às questões de segurança pública¹⁴. O pleito também seria caracterizado pela presença de outras candidaturas competitivas, o que dificultaria a vitória do PSDB. Além de Alckmin, participaram da corrida eleitoral José Genoíno (PT) e Paulo Maluf (PPB). Para essa disputa, a decisão se deu em segundo turno, entre o candidato tucano e o petista.

¹³ Na capital paulista, Maluf venceu todas as eleições que disputou entre os anos de 1990 e 2000, o que lhe confere a posição de uma das mais importantes lideranças locais.

¹⁴ A morte do prefeito do município de Santo André, que havia sido escolhido como coordenador de campanha do PT, colocou o problema da segurança pública no centro do debate.

Conforme destacado por Meneguello e Bizzarro (2012: 123), “as transformações observadas no nível nacional refletiram no cenário estadual, aprofundaram as bases de consolidação do peessedebismo, mas adquiriram uma coloração própria com a partilha política entre PSDB e PT”. As eleições de 2002 são ilustrativas e “demonstram a substituição da preferência peemedebista pelo voto no PSDB e no PT”, o que já vinha ocorrendo desde 1998 (Meneguello e Bizzarro, 2012: 123).

A partir de 2006, a legenda adquiriu vantagem na competição. Passou a concentrar de maneira mais acentuada as preferências do eleitorado paulista e elegeu os seus candidatos ao cargo majoritário já em primeiro turno – por três pleitos consecutivos. Em 2006, o candidato escolhido foi José Serra. Eleito em 2004 como prefeito da capital, após vencer Marta Suplicy (PT), Serra buscava, na realidade, a candidatura ao cargo da Presidência da República, no entanto foi novamente preterido em favor de Alckmin, que ficou com a vaga do partido¹⁵.

Serra, que havia sido deputado, senador, ministro e prefeito, obteve uma votação expressiva para o cargo majoritário estadual, contabilizando 57,94% do total de votos. Mesmo concorrendo com lideranças conhecidas na política paulista, como Aloizio Mercadante (PT) e Orestes Quéricia (PMDB), o tucano garantiu a quarta vitória consecutiva do PSDB em São Paulo. Foi o melhor desempenho do partido no estado até hoje.

Em 2010, Geraldo Alckmin voltaria a disputar o governo executivo estadual. O tucano havia sido derrotado nas eleições presidenciais em 2006 e na disputa pela prefeitura na capital paulista em 2008. Ainda assim, o ex-governador figurava entre os favoritos do eleitorado paulista nas pesquisas de intenção de voto para o Palácio dos Bandeirantes (Maia, 2016). A predileção por Alckmin centrava-se, sobretudo, entre os votantes do interior.

Naquele pleito, Alckmin venceu no primeiro turno com 50,63% dos votos, uma margem de vitória pouco menor do que a de José Serra no pleito anterior. O principal adversário do tucano foi, novamente, o petista Aloizio Mercadante, que dessa vez teve um desempenho melhor em relação a 2006 (35,23% dos votos). Em 2014, Geraldo Alckmin foi reeleito com expressiva votação. E em 2018, o PSDB seria reconduzido ao seu sétimo mandato. No entanto, obteve o pior desempenho dos últimos 20 anos.

2. A TERCEIRA VITÓRIA DE ALCKMIN: AS ELEIÇÕES DE 2014

Geraldo Alckmin, embora tenha participado da fundação do PSDB, adquiriu notoriedade política apenas anos mais tarde. Esse importante personagem da política paulista destaca-se por ser o candidato tucano que mais vezes ocupou o cargo de governador de São Paulo: foi eleito

¹⁵ Liz Batista. Serra deixou prefeitura em 2006 para se candidatar. Tucano concorreu ao governo mesmo após assinar compromisso de cumprir mandato municipal. Estadão, São Paulo, 12 de março de 2018. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo.serra-deixou-prefeitura-em-2006-para-se-candidatar,13197,0.htm>>. Acessado em março de 2019.

em 2002, 2010 e 2014. Foi ainda duas vezes vice-governador na chapa de Mário Covas, em 1994 e 1998.

Alckmin iniciou sua carreira política como vereador (1973-1976) em Pindamonhangaba, sua cidade natal, na qual também foi prefeito (1977-1982). Atuou como deputado estadual na Assembleia paulista (1983-1986) e foi deputado federal constituinte (1987-1994). No entanto, foram as suas vitórias para o Executivo estadual que contribuíram para o seu estabelecimento como uma das principais lideranças do PSDB – tendo exercido inclusive o cargo de presidente nacional da sigla; assumindo a colocação em dezembro de 2017, após o afastamento de Aécio Neves por denúncias de corrupção.

Com longa trajetória na vida política, em 2014 o candidato obteve o seu melhor resultado. Foi vitorioso em 644 do total de 645 municípios paulistas; na eleição anterior, havia vencido em 594 cidades. A exceção foi Hortolândia em 2014, cujo candidato petista ficou à frente por uma diferença de quatro pontos percentuais. Alckmin somou em 2014, 57,31% dos votos válidos, pouco menos do que aqueles conquistados por José Serra em 2006.

Embora o pleito não tenha sido caracterizado pela maior vantagem conquistada pelo partido em números absolutos, a disputa destacou-se pelo fato de que a sigla foi a vencedora na imensa maioria das cidades. Em 2014, mais do que em qualquer outro momento, o estado de São Paulo foi coberto de azul, suplantando até mesmo o “cinturão vermelho” – região metropolitana da capital conhecida por concentrar os votos no PT.

Desde 2002 o PT não contava com um resultado tão ruim. Em 2014, o seu candidato, Alexandre Padilha, terminou o pleito na terceira colocação, com 18,22% do total de votos, ficando atrás do candidato do PMDB, Paulo Skaf, que garantiu 21,53% das preferências eleitorais, o que lhe assegurou a segunda colocação. O mau desempenho do PT pode ser explicado por pelo menos dois elementos que não estão dissociados: i) o antipetismo, e ii) o baixo potencial competitivo de seu candidato.

O antipetismo, que foi canalizado nas manifestações de junho de 2013, teve como epicentro a capital paulista. O marco foi o aumento na tarifa de ônibus decretada naquele ano pelo prefeito Fernando Haddad (PT). Embora as manifestações tenham se iniciado em São Paulo, em pouco tempo tomaram as ruas do país, e em boa medida expressavam a crise de representação e a insatisfação dos cidadãos com a classe política.

O fenômeno ou sentimento antipetista decorre em parte da insatisfação de segmentos dos setores médios com a corrupção e o com a retração econômica, mas também guarda relação com o ressurgimento de uma direita autoritária e extremista (Couto, 2014). Esses elementos teriam contribuído para o desgaste da imagem do partido, que esteve à frente do governo federal entre 2002 e 2016.

Somado a isso, o candidato petista ao governo estadual não teve o desempenho esperado. A indicação de Padilha para disputar o governo paulista foi uma aposta do ex-presidente Lula. Tal como Geraldo Alckmin, Padilha também era médico e de classe média, no entanto, um pouco mais jovem. O petista já havia sido ministro da Coordenação Política – no governo Lula – e teve

passagem no Ministério da Saúde, durante o governo Dilma. O perfil do candidato parecia ser palatável ao eleitorado paulista – parecia tucano¹⁶. Apesar da tentativa de emplacar Padilha, a candidatura não foi bem-sucedida.

Alckmin, que reunia outros atributos, era o candidato preferido do eleitorado. A imagem do tucano era percebida de maneira distinta entre os setores da mídia, adversários, copartidários e eleitores. Enquanto os primeiros o retratavam como um político pouco carismático, incapaz de despertar entusiasmo entre militantes e eleitores, os últimos viam nele um candidato sensato. Essa imagem, edificada em torno da figura de um político moderado de raízes interioranas, é um elemento importante para se compreender o sucesso das candidaturas de Alckmin em São Paulo.

Embora criticado pelos adversários por não fazer uma administração com grandes marcas e por não executar programas importantes em de seu plano de governo, Alckmin contava com boa avaliação entre os paulistas. Em meados de 2014, a gestão tucana era aprovada por 41% do eleitorado, 39% consideravam regular, e somente 18% desaprovavam a administração peessedebista. Os melhores índices estavam no interior do estado (46%); já na capital a satisfação do eleitor era menor (35%)¹⁷.

A despeito da aprovação do eleitorado, alguns fatores poderiam sugerir que haveria dificuldades para a reeleição dos tucanos. Entre eles, a crise hídrica, as denúncias de corrupção e as ilegalidades no setor de transportes. No primeiro caso, o desabastecimento de água apresentava-se como uma falha grave na administração do governo paulista e um problema tangível para o eleitorado, podendo exercer influência na decisão do voto¹⁸.

No segundo caso, as denúncias de corrupção quanto a supostos pagamentos de propina e formação de cartel para a disputa de licitações do Metrô e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) envolveram o partido em um escândalo político. Tais pagamentos teriam sido iniciados ainda na década de 90 e concerniam a todas as administrações tucanas no estado.

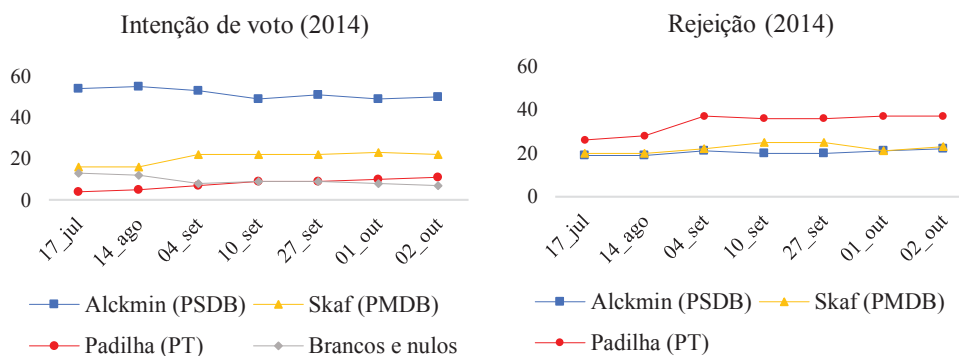
Tais denúncias poderiam ter obstaculizado a permanência dos tucanos no poder. Embora os fatos tenham sido utilizados na campanha de seus opositores, o feito não teve o impacto eleitoral esperado. A intenção de voto em Alckmin não diminuiu, e sua rejeição não aumentou. O candidato seguiu como favorito durante todo o período eleitoral, conforme demonstra o Gráfico 2, e ao final do pleito foi eleito com uma vitória acachapante.

¹⁶ Aline Ribeiro. O naufrágio do PT em São Paulo. O mensalão, o dedaço de Lula, o “poste” Padilha, a má vontade dos empresários com Dilma... Há muitas razões para a maior derrota do partido no Estado. Época, 11 de outubro de 2014. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/tempo/eleicoes/noticia/2014/10/o-bnaufregio-do-ptb-em-sao-paulo.html>>. Acessado em março de 2019.

¹⁷ Ver: Instituto Datafolha, Intenção de voto para governador de São Paulo, 03 a 05 de junho de 2014. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2014/06/09/intencao-de-voto-e-avaliacao-governador-sp.pdf>>. Acessado em março de 2019.

¹⁸ Daniela Lima. Em meio à crise hídrica, Alckmin decide travar embate político. Folha de São Paulo. São Paulo, 01 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/02/1583447-em-meio-a-crise-hidrica-alckmin-decide-travar-embate-politico.shtml>>. Acessado em março de 2019.

Gráfico 2 – Intenção de voto e rejeição para o governo do estado de São Paulo (2014)



Fonte: Elaboração das autoras a partir dos dados do Instituto de Pesquisa Datafolha.

2.1. ENTRE O VELHO E O NOVO: AS ELEIÇÕES DE 2018

Depois de divulgados os resultados eleitorais de 2018, alguns analistas sugeriram que o PSDB foi o grande perdedor. O partido que em 2014 elegeu 54 deputados federais e cinco governadores viu em 2018 esse número reduzir-se pela metade, conquistando apenas 29 vagas na Câmara Federal e três governos estaduais. O desempenho do partido foi o pior desde 1990. Além da diminuição do número de cadeiras, a sigla também teve a sua pior votação para um candidato à Presidência e para o governo do estado de São Paulo.

No ano de 2018, Alckmin, agora candidato à Presidência da República pelo PSDB, recebeu apenas 4,76% do total de votos em todo o país. Isso representa, em números absolutos, menos da metade da votação recebida por ele quatro anos antes apenas no estado de São Paulo, quando foi reeleito governador. A votação de João Dória também não foi expressiva. Ainda que tenha saído vitorioso para o governo estadual, sua votação foi muito inferior à de seus copartidários em pleitos anteriores¹⁹.

Diante de tais resultados, buscamos explorar a distribuição do desempenho do PSDB no estado de São Paulo na última eleição em comparação com a de 2014. Essa seção, de caráter exploratório, objetiva retomar o cenário eleitoral de 2018 e apontar alguns fatores que podem estar associados com o fraco desempenho tucano. Embora o foco recaia especificamente sobre o território paulista, para compreender o declínio do partido nas votações é importante observar alguns elementos presentes no tecido político e social que deram a tônica das últimas eleições.

¹⁹ A vantagem de Dória no segundo turno foi de 3,5%, o que representa 741.610 votos. Vale lembrar que desde 2002 os candidatos do PSDB ao governo do estado de São Paulo foram eleitos já em primeiro turno.

Em 2018, além da clássica polarização ideológica esquerda-direita, os termos que orientaram as discussões e delinearão o cenário foram o velho e o novo. Isso no tocante às práticas, aos atores políticos e às formas de governar. Essa dicotomia se alimentou do mal-estar da representação política, que já se apresentava nas eleições anteriores, sobretudo a partir das manifestações de 2013.

Pautando-se pelo discurso de renovação política, vários candidatos e partidos se apresentaram como alheios às formas tradicionais de representação e como símbolos da nova política, valendo-se da ojeriza aos políticos e às agremiações tradicionais. No bojo desse discurso, o candidato do PSDB ao governo do estado, João Dória, elegeu-se prefeito da cidade de São Paulo em 2016.

O candidato, que era apresentador de televisão, publicitário e empresário, afirmando não ser político, mas sim gestor, conquistou o feito inédito de ser o primeiro prefeito eleito em primeiro turno na capital paulista após a redemocratização, com 53,29% dos votos, desbancando o candidato à reeleição Fernando Haddad (PT). Dória apoiou o seu discurso na rejeição à política tradicional e no antipetismo.

Embora afirmasse não pertencer à elite política tradicional, mantinha relações muito próximas com ela – o seu pai, por exemplo, foi deputado federal pelo Partido Democrata Cristão. Na década de 80, Dória foi secretário de turismo de São Paulo e presidente da empresa de ônibus Paulistur durante o governo de Mário Covas. Também foi presidente do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) durante o governo de José Sarney.

Filiado ao PSDB desde 2001, o empresário teve a sua candidatura para a prefeitura do maior colégio eleitoral do país marcada por intensa disputa interna, o que resultou na divisão do partido. Apoiado pelo então governador Geraldo Alckmin, foi lançado candidato à revelia de algumas das principais lideranças tucanas, como Fernando Henrique Cardoso, Alberto Goldman, José Serra e Aluysio Nunes. Para esse grupo, Dória estava desconectado das convicções da sigla, podendo representar um afastamento indesejado em relação a algumas das orientações defendidas pelo grupo²⁰.

A despeito do embate, Dória foi o candidato do PSDB, o que ressaltou a liderança de seu padrinho político, Geraldo Alckmin, no PSDB paulista. Após 460 dias de um mandato controverso²¹, Dória deixou o cargo na prefeitura para concorrer às eleições ao governo estadual

²⁰ Em sua página na internet Alberto Goldman divulgou uma carta alertando sobre os riscos que João Dória poderia representar ao PSDB. Disponível em: Alberto Goldman. Para conhecer melhor João Dória. Site Alberto Goldman, 18 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://albertogoldman.org/blog/para-conhecer-melhor-joao-doria?mobile&width=280>>. Acessado em março de 2019.

²¹ A breve passagem de Dória pela prefeitura foi marcada por polêmicas como a proposta do uso da farinata nas escolas, a ação na Cracolândia (área localizada no centro da cidade de SP onde se desenvolveu intenso tráfico e consumo de drogas), a supressão dos grafites, o aumento da velocidade nas marginais, entre outras. Algumas de suas principais promessas de campanha ficaram para ser cumpridas por Bruno Covas. Para mais informações: Artur Rodrigues e Guilherme Seto. Dória renuncia ao cargo, e Bruno Covas é o novo prefeito de São Paulo. Neto de Mário Covas é o mais jovem a assumir posto desde a redemocratização. Folha de São Paulo, São Paulo, 6 de abril de 2018. Disponível em:

em 2018. Quem assumiu o posto foi o vice-prefeito Bruno Covas, neto de Mário Covas. A decisão de deixar a prefeitura teria causado embaraços para Alckmin que, em 2016, enfrentara algumas das principais lideranças tucanas em favor da candidatura do empresário em detrimento do vereador Andrea Matarazzo²².

A candidatura de Dória ao Palácio dos Bandeirantes também não esteve isenta de desavenças e disputas internas. Novamente não havia concordância em torno de seu nome, porém, dessa vez, o próprio Alckmin sinalizava a preferência por outro candidato; nesse caso, o vice-governador Márcio França, do Partido Socialista Brasileiro (PSB). No entanto, com o apoio de Bruno Covas, Dória reuniu o apoio de lideranças tucanas a favor de sua candidatura em oposição ao candidato do PSB.

As rugas entre Dória e Alckmin persistiram no período eleitoral. No caso de Dória, à medida que o padrinho político ruía nas pesquisas para as eleições nacionais, o empresário se distanciava do tucano e acenava para o candidato concorrente. No segundo turno, após a saída de Alckmin da disputa, o ex-prefeito formalizou o “Bolsodória”, associando sua candidatura à do candidato do PSL – que não retribuiu o aceno²³. Alckmin considerou publicamente as estratégias de Dória no processo eleitoral como insidiosas²⁴.

Além do mal-estar ocasionado em relação a Alckmin, o ex-prefeito também teria gerado suspeita de parcela do eleitorado, que não respondeu de maneira positiva à sua saída precoce da prefeitura. Dória, durante toda a campanha, concentrou altas taxas de rejeição do eleitorado.

O Gráfico 3 apresenta as intenções de voto e a rejeição do eleitor paulista para o cargo majoritário estadual em 2018.

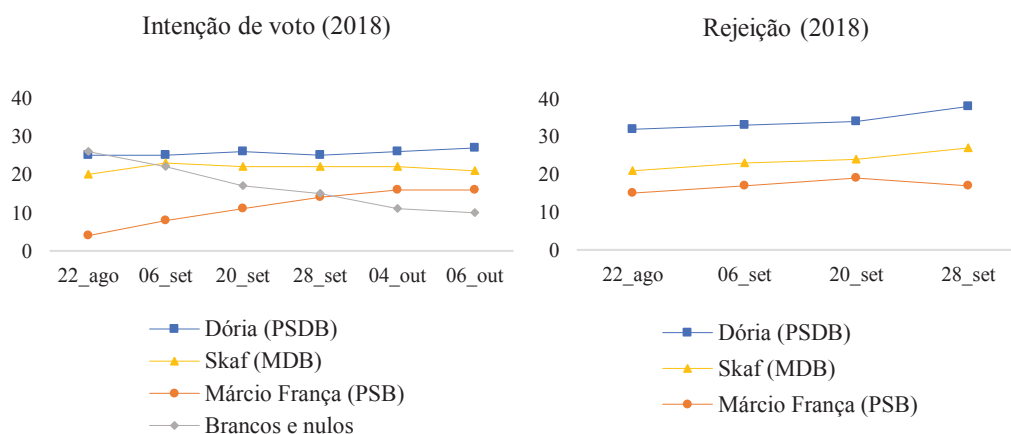
<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/04/doria-renuncia-ao-cargo-e-bruno-covas-e-o-novo-prefeito-de-sao-paulo.shtml>>. Acessado em março de 2019.

²² A aproximação do vereador com o grupo de José Serra poderia representar um entrave para as pretensões de Alckmin nas prévias para o cargo da presidência nas eleições de 2018. Para mais informações, ver: Consuelo Dieguez. Estranhos no ninho. Guerra no PSDB compromete as ambições presidenciais de Geraldo Alckmin. Piauí, ed. 141, São Paulo, junho de 2018. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/estranhos-no-ninho/>>. Acessado em março de 2019.

²³ Sobre as declarações de apoio de Dória a Bolsonaro, ver: Paula Paiva Paulo. Doria declara apoio a Bolsonaro e diz que derrotará “esquerda” em São Paulo. Em ataques diretos ao seu adversário no segundo turno, Márcio França (PSB), tucano disse que ‘será contra genéricos do PT’. G1, São Paulo, 07 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/eleicoes/2018/noticia/2018/10/07/doria-declara-apoio-a-bolsonaro-e-diz-que-derrotara-esquerda-em-sao-paulo.ghtml>>. Acessado em março de 2019.

²⁴ Sobre o distanciamento entre Geraldo Alckmin e João Dória e as desavenças entre os tucanos ainda no período eleitoral, ver: Consuelo Dieguez. Estranhos no ninho. Guerra no PSDB compromete as ambições presidenciais de Geraldo Alckmin. Piauí, ed. 141, São Paulo, junho de 2018. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/estranhos-no-ninho/>>; Thais Bilenky, Daniela Lima, Thais Arbex e Daniel Carvalho. Em reunião, Alckmin interrompe Doria e insinua que é traidor. Na saída, ex-prefeito paulistano ironiza padrinho político: ‘derrota abala’. Folha de S. Paulo, São Paulo, 9 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/em-reuniao-alkmin-interrompe-doria-e-insinua-que-e-traidor-e-covarde.shtml>>. Acessado em março de 2019.

Gráfico 3 – Intenção de voto e rejeição para o governo do estado de São Paulo (2018)



Fonte: Elaboração das autoras a partir dos dados do Instituto de Pesquisa Datafolha.

Conforme observado no Gráfico 3, João Dória foi o candidato que no primeiro turno concentrou a maior rejeição do eleitorado – o índice superou inclusive as intenções de voto direcionadas a ele em todo o período. Contudo, ele foi o candidato que esteve à frente nas pesquisas eleitorais – no entanto, com uma vantagem estreita em relação ao segundo e ao terceiro colocados, Paulo Skaf (MDB) e Márcio França (PSB).

Além da menor vantagem do PSDB na disputa, o pleito também revelou outra novidade: o principal rival tucano não foi o PT. Ao longo do período eleitoral, Skaf, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), manteve-se na segunda colocação, e Márcio França (PSB) na terceira. O petista seguiu na quarta colocação. Porém, com a abertura das urnas, os resultados revelaram que a disputa em segundo turno dar-se-ia entre Dória e França. O ex-prefeito tucano terminou o primeiro turno com 31,77% dos votos, enquanto França garantiu 21,53%, Skaf 21,09% e Luiz Marinho do PT ficou com apenas 12,66% das preferências.

Esse cenário pode ser entendido à luz de algumas transformações nas estratégias assumidas pelo próprio partido. Há muitos anos o PSDB adotou uma posição pragmática, orientada para a competição eleitoral, agregando os interesses de segmentos mais conservadores (Roma, 2002). Mais recentemente, tem trazido esses segmentos para dentro de seus quadros. Como consequência, haveria uma juventude tucana mais conservadora do que os seus fundadores (Couto, 2014), o que contribuiu para a redefinição da disputa e para o desempenho do partido nas votações.

A despeito disso, considerando que “as experiências educacionais são a principal fonte de informação política para a maioria dos cidadãos” e que “a educação leva os indivíduos a participar mais da vida política” (Dias e Kerbauy, 2015: 155), apresentamos a seguir dados exploratórios de

como as seções eleitorais com maior e menor grau de escolaridade média se comportaram nos últimos dois pleitos.

De acordo com a literatura, os partidos de centro-direita, como o PSDB – segundo a classificação de importante autores (Maciel et al., 2017; Zucco, 2009) –, tendem a ter melhor desempenho eleitoral entre os eleitores com maior grau de escolaridade (Limongi e Guarnieri, 2014; Lisi, 2011; Limongi e Mesquita, 2008).

3. METODOLOGIA

Neste artigo analisamos como se comportou a votação para governador no estado de São Paulo entre 2014 e 2018. Como sabemos, o PSDB venceu essas duas eleições no estado, porém com candidatos diferentes: enquanto Geraldo Alckmin, nas eleições em 2014, competia pela terceira vez como candidato para o executivo estadual paulista, João Dória, que competiu pela primeira vez para um cargo público em 2016 e venceu a eleição para prefeito da cidade de São Paulo, foi eleito governador do estado em 2018.

A análise da votação desses dois candidatos para o governo de SP é interessante por dois motivos: i) como já mencionado, o PSDB, com a vitória em 2018, governa o estado há 24 anos; ii) em 2018, o partido competiu pela reeleição com um candidato diferente do pleito anterior, visto que Alckmin já possuía dois mandatos consecutivos. Tal situação, segundo alguns estudos (Speck e Netto, 2017; Maia, 2016), diminui a probabilidade de que o partido tenha êxito eleitoral. Entretanto, na mais recente eleição para o governo estadual paulista, o PSDB conseguiu mais um mandato para governar São Paulo, o sétimo consecutivo.

É fundamental, portanto, verificar de que forma se distribuiu a votação do PSDB em SP nessas duas eleições, que tiveram vencedores com distintas trajetórias políticas e que se realizaram em diferentes contextos. Faremos uma análise mais descritiva do que explicativa, buscando dar ao leitor uma visão abrangente e comparativa de como foi distribuída a votação de Alckmin e Dória no estado paulista.

Destacaremos padrões e mudanças na distribuição dos votos para os dois candidatos, sem, no entanto, conferir interpretações ou justificativas para o comportamento do eleitorado. Não comparamos aqui as votações recebidas pelos vencedores e seus oponentes em cada eleição. A peculiaridade do estado de SP de ser governado pelo mesmo partido há mais de duas décadas e a relativa decadência do PSDB na arena eleitoral entre 2014 e 2018 são pontos importantes que justificam um olhar comparativo das votações recebidas pelos candidatos peessedebistas.

A base de dados construída para realizar as análises que se verão a seguir tem como menor unidade de agregação a seção eleitoral. Seção eleitoral é o mesmo que urna. Em cada seção eleitoral estão alistados em média 400 eleitores. Além dos dados de votação no primeiro turno em 2014 e 2018 por seção eleitoral, temos o grau de escolaridade média e a faixa etária média da

seção eleitoral, que foram calculados a partir dos dados disponíveis no TSE na base de perfil do eleitorado por seção eleitoral em SP²⁵.

Sabendo que zonas e seções eleitorais foram criadas e outras extintas no período entre as duas eleições²⁶, a série de dados que organizamos envolve alguma perda de informações, de modo que foram mantidas na base apenas as zonas e seções eleitorais por município que tinham designações iguais e onde havia dados de votação para as duas eleições.

O número de seções eleitorais nas bases extraídas do site do TSE se aproxima – porém não é igual – do número total informado pelo órgão nos dois anos eleitorais²⁷. Podemos inferir que nessas seções faltantes ambos os candidatos não tenham recebido votos. Entretanto, como a base de dados disponível é uma base de votação nominal por candidato e não de seções eleitorais existentes em São Paulo, não sabemos quais seções não foram incluídas nas bases.

Além disso, observamos que várias zonas e seções eleitorais dentro de determinado município tiveram sua numeração alterada de uma eleição para outra, situação que corresponde a cerca de 5% dos dados obtidos. Desse modo, após a agregação das bases de 2014 e 2018, constatamos que os supostos *missings* nas colunas correspondentes à votação não significam necessariamente que Alckmin ou Dória não tenham obtido votos, mas sim que a designação das zonas e seções foi modificada e por isso não coincidem.

Devido à dificuldade de fazer a correspondência entre essas zonas e seções que diferem entre 2014 e 2018, optamos por excluir as linhas de dados onde não existiam informações para um ou outro candidato. Sendo assim, os dados podem não corresponder aos resultados oficiais. Não obstante, conseguimos construir uma base de dados com um número bastante significativo de informações. Nesse sentido, a amostra de que dispomos não é enviesada.

A base final possui informações de 83.957 seções, incluindo a votação nominal dos candidatos e a quantidade total de eleitores por grau de escolaridade em cada eleição por município, zona e seção eleitoral. Sabendo o total de eleitores cadastrados na seção eleitoral, calculamos posteriormente a votação em porcentagem recebida por cada candidato na seção eleitoral.

²⁵ A base de perfil do eleitorado por seção eleitoral contém a quantidade de eleitores na seção pelos seguintes graus de escolaridade: analfabeto, lê e escreve, ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo, ensino médio incompleto, ensino médio completo, ensino superior incompleto e ensino superior completo. Para o cálculo do grau de escolaridade média da seção eleitoral, transformamos o grau de escolaridade em uma variável categórica de 1 a 8 (sendo analfabeto = 1 e ensino superior completo = 8), multiplicamos o valor da variável pela quantidade de eleitores existente em cada um dos graus de escolaridade e dividimos o resultado pelo número total de eleitores na seção eleitoral. Ao final chegamos a um número que varia de 1 a 8, sendo 1 igual a analfabeto ou menos escolarizado e 8 igual a ensino superior completo ou mais escolarizado. Para as análises, o grau de escolaridade média da seção eleitoral foi arredondado. Nos gráficos que serão apresentados o grau de escolaridade varia de 2 a 7.

²⁶ Enviamos um pedido de informação ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo sobre o número de seções eleitorais existentes no estado nos anos de 2014 e 2018. Recebemos a resposta de que, em 2014, existiam 90.026 seções eleitorais em todo o estado. Em 2018, esse número aumentou para 97.296.

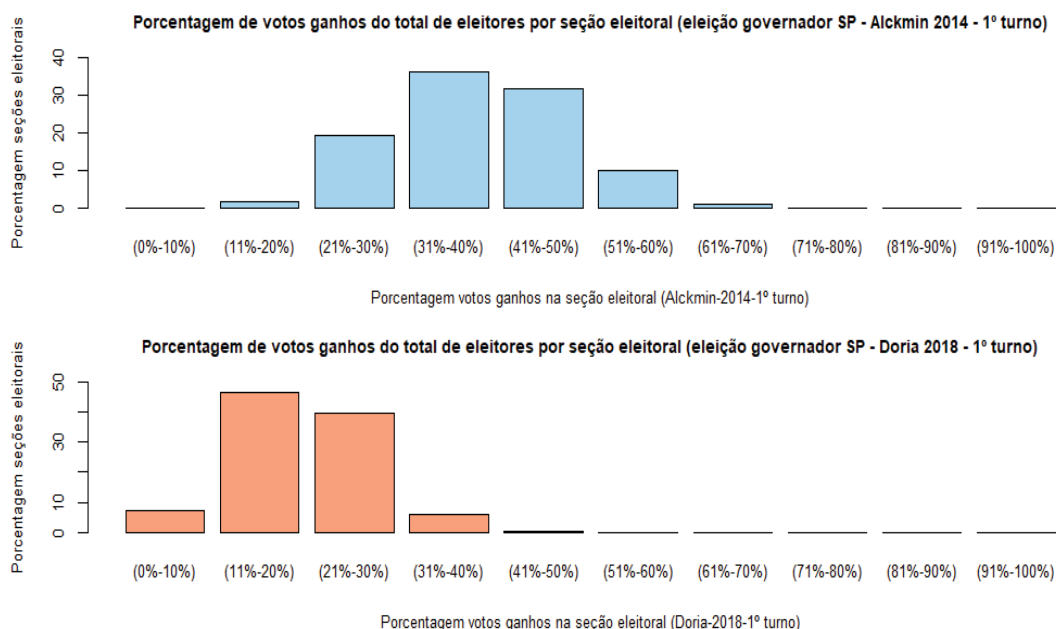
²⁷ A base de 2014 possui a votação nominal para Alckmin em 88.654 seções eleitorais. Já a base de 2018 possui a quantidade de votos nominais recebida por Dória em 96.110 seções eleitorais.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O Gráfico 4 traz a faixa de porcentagem de votos que Alckmin e Dória obtiveram no primeiro turno nas seções eleitorais, considerando o total de eleitores em cada uma delas. Podemos observar que Alckmin, no primeiro turno das eleições de 2014, teve melhor desempenho nas seções eleitorais do que o seu substituto em 2018. Em 36% das seções eleitorais, conquistou entre 31% e 40% dos votos. Não menos importante, em 31% das seções o mesmo candidato obteve entre 41% e 50% dos votos.

Não nos surpreende que o PSDB com Alckmin em 2014 tenha sido o vencedor para o governo estadual paulista logo no primeiro turno, com uma diferença de mais de 7 milhões de votos para o segundo colocado, Paulo Skaf, que concorreu pelo antigo PMDB. Em 2018, Dória teve um desempenho bem menos expressivo, porém suficiente para levá-lo ao segundo turno da disputa. Sua concentração de votos nas seções eleitorais ficou entre 11% e 30%: em 46% das seções, Dória obteve entre 11% e 20% dos votos; já em 39% delas conquistou entre 21% e 30%.

Gráfico 4 – Porcentagem de votos obtidos por Alckmin e Dória do total de eleitores por seção eleitoral (eleição governador SP – 1º turno – 2014 e 2018)



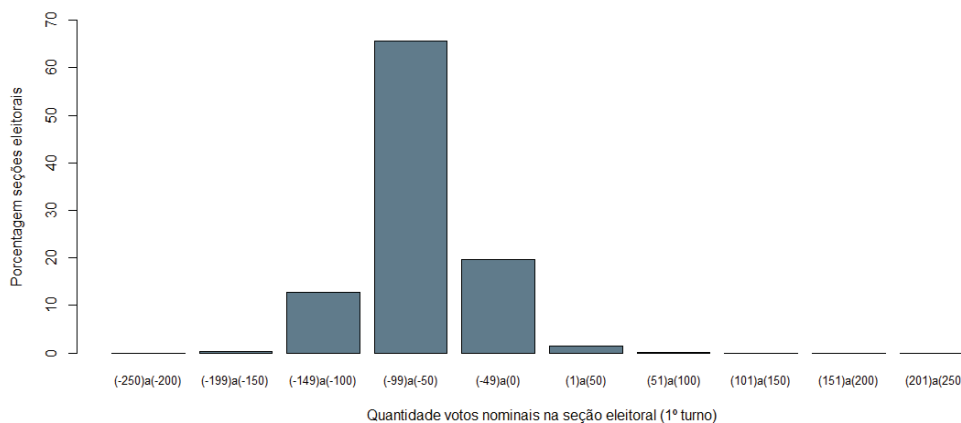
Fonte: Elaboração das autoras a partir dos dados do TSE

O Gráfico 5 evidencia mais claramente a perda de votos nominais sofrida por Dória em relação a Alckmin. Em cerca de 65% das seções eleitorais para as quais temos dados, o que corresponde a pouco mais de 55.000 seções em todo o estado, Dória perdeu entre 99 e 50 votos em comparação à votação de Alckmin em 2014. Apenas em pouco mais de 1.200 seções eleitorais (1,5% do total) Dória recebeu mais votos do que Alckmin.

Ainda que a perda e o ganho de votos por Dória em relação a Alckmin possam estar em certa medida relacionados ao remanejamento do eleitorado entre zonas e municípios devido à criação e extinção de zonas eleitorais, os dados que demonstram a perda significativa de votos que o PSDB enfrentou de uma eleição para outra não seriam muito alteradas caso tais modificações não tivessem ocorrido.

Entre 2014 e 2018, foram extintas apenas 32 das 425 zonas eleitorais existentes em SP, havendo ainda a criação de uma zona eleitoral no município de Urânia, no interior de SP²⁸. Além disso, não houve alterações nos três maiores colégios eleitorais do estado: São Paulo (capital), Campinas e Guarulhos. Dessa forma, o impacto do rezoneamento na distribuição dos eleitores foi muito baixo e, portanto, as modificações no número de eleitores por seção eleitoral não foram expressivas.

Gráfico 5 – Porcentagem de seções eleitorais onde houve perda/ganho de votos entre 2014 e 2018 (eleição governador SP – 1º turno)



Fonte: Elaboração das autoras a partir dos dados do TSE

²⁸ O rezoneamento aprovado em 15 de agosto de 2017 pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo obedeceu à Resolução do Tribunal Superior Eleitoral nº 23.520/2017, que definiu os critérios para a extinção e o remanejamento de zonas eleitorais do interior dos estados. Para mais detalhes, ver Tribunal Superior Eleitoral, Resolução Nº 23.520, de 1º de junho de 2017. Estabelece diretrizes para a extinção e o remanejamento de zonas eleitorais do interior dos estados. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2017/RES235202017.html>>. Acessado em março de 2019.

Ainda que o foco deste artigo não seja fazer inferências sobre o comportamento do eleitorado a fim de explicar a grande discrepância entre os votos recebidos por Dória e Alckmin, consideramos importante ressaltar pelo menos dois pontos que se relacionam ao contexto político de 2018 e que certamente influenciaram tanto a perda de votos por Dória em relação a Alckmin quanto ajudaram a dar sobrevida a Dória no primeiro turno, levando-o à vitória no segundo.

Em um primeiro momento, não seria surpresa que houvesse uma robusta transferência de votos entre os dois candidatos, ou seja, que os eleitores que escolheram Alckmin em 2014 votassem em Dória na eleição seguinte, tendo em vista que ambos são do mesmo partido que governa o estado há mais de 20 anos. Muitos estudos já apontaram para a potencial vantagem eleitoral que o partido governista tem sobre os demais partidos, seja em âmbito nacional ou subnacional (Avelino et al., 2012).

Além disso, Dória foi a aposta política de Alckmin para concorrer à prefeitura da cidade de São Paulo em 2016. Graças, em grande parte, ao capital político do padrinho, foi vitorioso já no primeiro turno. No entanto, na prática, o desempenho eleitoral de Dória não convergiu com o de Alckmin em 2014, conforme mostraram os Gráficos 4 e 5, embora o PSDB tenha sido vitorioso em 2018. Oferecemos para isso três explicações.

Em primeiro lugar, uma hipótese plausível seria associar o fraco desempenho eleitoral de Dória em relação à Alckmin à baixa avaliação do governo desse último. A avaliação do desempenho do governo tem sido apontada na literatura como um dos fatores relacionados ao sucesso (ou fracasso) do candidato do partido governista na competição, seja para prefeito, governador ou presidente (Borba e Cervi, 2017; Nicolau, 2014; Almeida, 2008).

A ideia é que as chances de êxito eleitoral dos partidos/candidatos que concorrem à reeleição aumentam se a gestão em vigor for bem avaliada no período eleitoral. Pouco mais de uma semana após renunciar ao governo paulista a fim de ser candidato à Presidência da República, Alckmin era aprovado por apenas 36% dos eleitores, segundo pesquisa do Datafolha²⁹. Dois meses antes da eleição de 2014, segundo o mesmo instituto, a aprovação do governo Alckmin era de 47%³⁰.

Dessa forma, a baixa votação recebida por Dória no primeiro turno poderia estar relacionada à baixa aprovação da gestão governista. Dória, embora tivesse sido prefeito da capital paulista, não tinha avaliação de desempenho própria que abrangesse todo o estado. Seu sucesso

²⁹ Ver: Instituto Datafolha, Avaliação do governador de São Paulo, 11 a 13 de abril de 2018. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/04/16/d13048e45d32ee7a4ce94239f7134553.pdf>>. Acessado em março de 2019.

³⁰ Ver: Instituto Datafolha, Intenção de voto para governador de São Paulo, 12 e 13 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2014/08/15/intencao-de-voto-e-avaliacao-governador-de-sp.pdf>>. Acessado em março de 2019.

eleitoral dependia, entre outras variáveis, da transferência de prestígio de Alckmin enquanto ex-governador do mesmo partido, e esse prestígio não estava muito alto.

Em segundo lugar, a votação de Dória pode ter sido afetada negativamente pelo fato de que Márcio França, seu principal oponente e com quem disputou o segundo turno, era o atual governador, tendo em vista a renúncia de Alckmin para concorrer à Presidência da República, e contava com o apoio velado deste. A estratégia de Alckmin era que o PSDB abrisse mão de lançar um candidato ao governo paulista para apoiar a candidatura de Márcio França pelo PSB.

Entretanto, a decisão de Dória de deixar a prefeitura de São Paulo e concorrer ao governo do estado pelo PSDB minou tal estratégia e dividiu o partido. França, embora não pudesse receber de volta, pelo menos formalmente, o apoio que declarava a Alckmin como candidato a presidente, contou com o apoio de prefeitos tucanos e, portanto, certamente se beneficiou da desunião entre os peessedebistas, já que saiu do terceiro lugar dois meses antes da eleição para quase ganhar no segundo turno.

Em contrapartida, se a votação de Dória no primeiro turno foi prejudicada por fatores relacionados àquele que mais poderia ajudar e que já havia vencido três eleições para governador de SP, a sua ida para o segundo turno e a consequente vitória podem estar associadas ao atípico contexto político nacional que abarcou as eleições de 2018. Em certa altura de sua campanha política, Dória buscou associar sua imagem à de Jair Bolsonaro, candidato à Presidência da República pelo PSL que liderava a disputa.

O *slogan* da campanha tucana “voto Bolsodória” apostava na possibilidade de captar na competição estadual os eleitores que votariam em Bolsonaro e assim melhorar a votação de Dória, que, segundo as pesquisas, estava em empate técnico com outro candidato, Paulo Skaf (MDB). Ao fazer isso, Dória procurou se beneficiar daquilo que a literatura denomina de *presidential coattails effects*, que trata das estratégias de coordenação eleitoral entre as arenas nacional e subnacional.

Uma delas consiste em o candidato a governador conectar-se a um dos principais candidatos presidenciais para angariar seus eleitores, já que apoiar candidatos não viáveis poderia custar votos no nível subnacional (Borges e Lloyd, 2016). Embora Alckmin fosse o candidato do PSDB à Presidência, nunca passou da quarta colocação na disputa. Talvez pelos motivos citados acima, mesmo sendo ex-governador do estado, não atrairia para Dória a mesma quantidade de votos que recebeu em 2014.

Não obstante, é possível supor que um número razoável de eleitores que votou em Alckmin tenha votado também em Dória. Na realidade, tendo em vista a votação esmagadora que Alckmin recebeu em 2014, é possível que muitos de seus eleitores tenham escolhido Dória em 2018, contribuindo para a sua vitória no segundo turno.

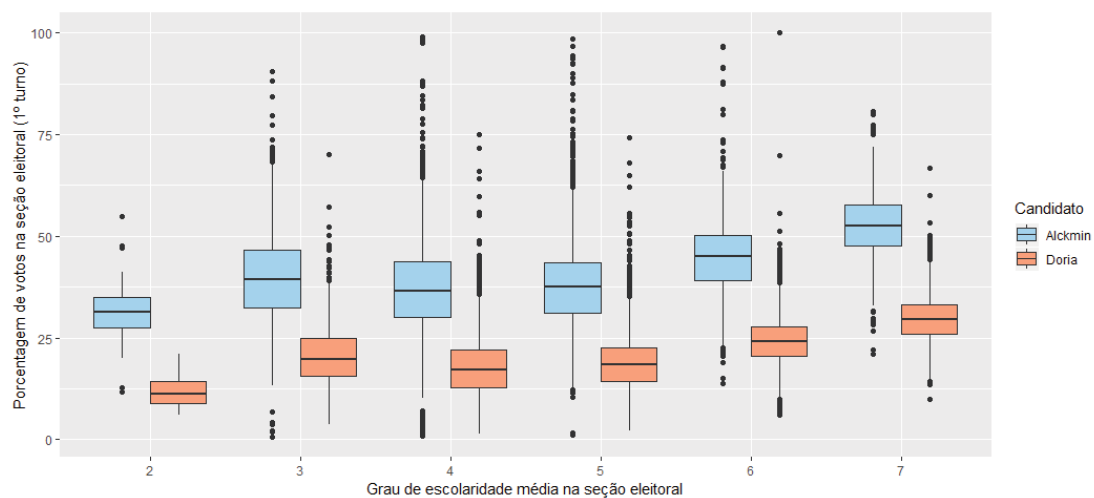
O Gráfico 6 aponta para essa tendência. Num primeiro momento, deixando de lado o olhar comparativo, ao analisarmos a votação obtida por cada candidato no primeiro turno pelo grau de escolaridade média na seção eleitoral, observamos que a votação de ambos varia mais nas

seções eleitorais caracterizadas pela faixa mediana de escolaridade, isto é, entre ensino fundamental incompleto e ensino médio incompleto.

Também é nessa faixa de escolaridade que se encontra a maior assimetria entre os dados, com várias seções eleitorais onde a porcentagem de votos excedeu 35% para os dois candidatos. Além disso, ao se comparar as duas votações, observa-se que a variação da porcentagem de votos é menor entre as seções menos escolarizadas (nível 2) do que entre as mais escolarizadas (nível 7). Observamos, entretanto, que nas seções com maior grau de escolaridade essa variação ocorre dentro de um intervalo maior de porcentagem de votos.

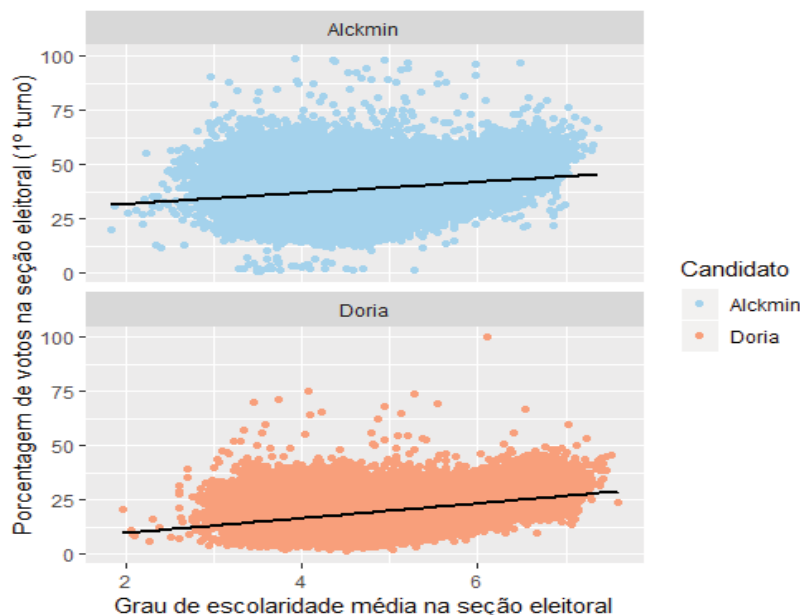
No Gráfico 7, podemos observar que a reta que representa a tendência dos dados de votação em relação ao grau de escolaridade na seção eleitoral tem uma leve inclinação positiva para ambos os candidatos. A porcentagem de votos dos dois tende a ser maior à medida que as seções apresentam maior escolaridade. Essa associação positiva é mais evidente para Dória do que para Alckmin. A correlação de Pearson entre votação e escolaridade é mais significativa nas eleições de 2018 ($\rho = 0,37$) do que em 2014 ($\rho = 0,21$).

Gráfico 6 – Boxplot votação no 1º turno Alckmin x Dória por grau de escolaridade média na seção eleitoral



Fonte: Elaboração das autoras a partir dos dados do TSE

Gráfico 7 – Gráfico de dispersão da votação no 1º turno Alckmin x Dória por grau de escolaridade média na seção eleitoral



Fonte: Elaboração das autoras a partir dos dados do TSE

O Gráfico 8 apresenta a distribuição da votação de Alckmin e Dória pela faixa de idade média da seção eleitoral. Podemos observar que a votação de ambos os candidatos varia mais nas seções eleitorais onde a faixa etária média é menor. A exceção a esse padrão está na distribuição da votação recebida por Dória nas seções com maior faixa de idade média (nível 9), onde se constata a maior variação da porcentagem de votos para esse candidato em comparação com os demais grupos de idade.

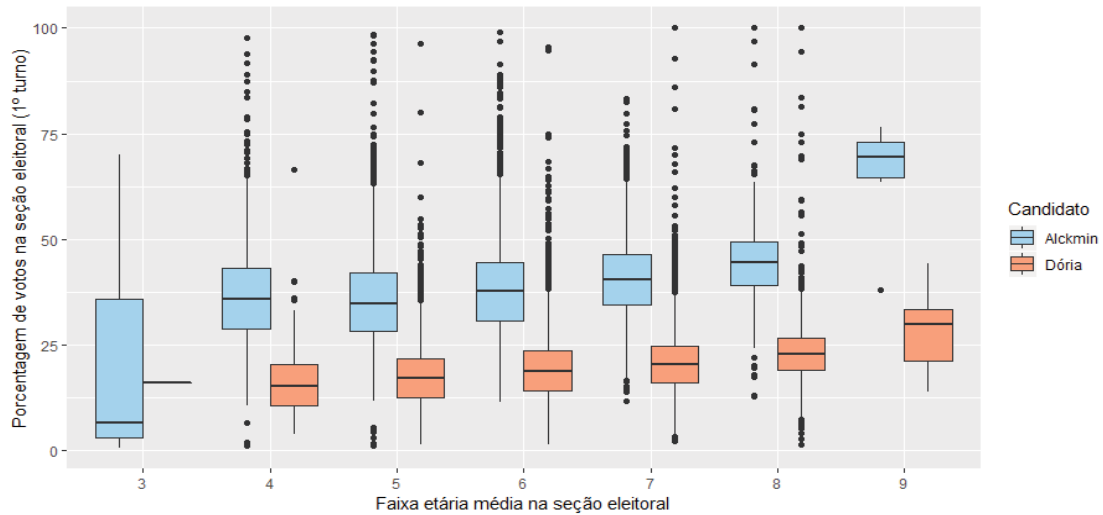
A variação da votação para Alckmin e Dória é maior quando consideramos as seções eleitorais por grupos de idade média do que por grau de escolaridade média. Todavia, assim como ocorre com a distribuição da votação por grau de escolaridade, a porcentagem de votos dos dois candidatos tende a aumentar à medida que a faixa etária média aumenta nas seções eleitorais. Essa tendência é melhor evidenciada no Gráfico 9.

A relação positiva entre votação e faixa etária é mais significativa para Alckmin do que para Dória, já que a reta para o primeiro mostra maior inclinação. O valor da correlação de Pearson entre porcentagem de votos e faixa de idade média nas eleições de 2014 é de 0,25. Em contrapartida, para 2018 esse índice diminuiu para 0,21.

Em resumo, embora a votação recebida por Alckmin tenha sido maior em grande parte das seções eleitorais, independentemente do seu grau de escolaridade média, os padrões

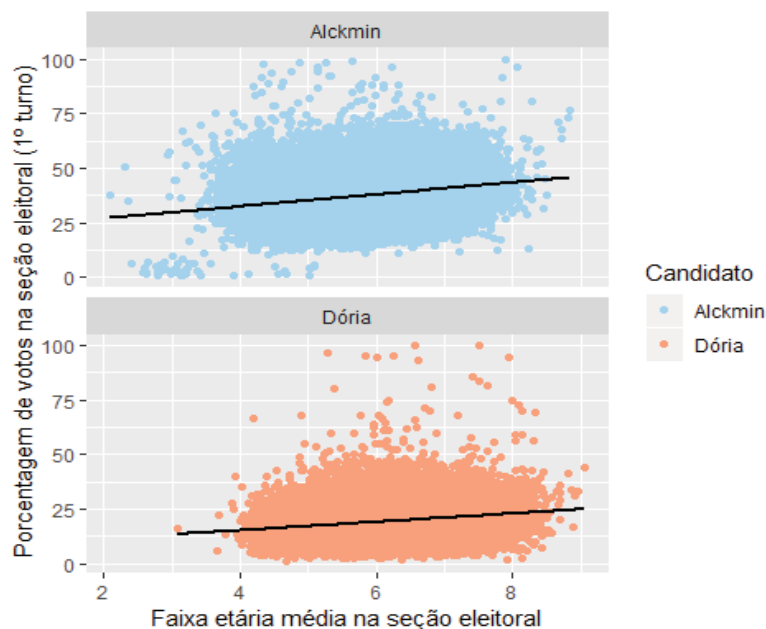
observados entre 2014 e 2018 permitem inferir que o perfil do eleitor de Alckmin foi semelhante ao de Dória quando consideramos escolaridade e faixa etária médias nas seções eleitorais.

Gráfico 8 – Boxplot votação no 1º turno Alckmin x Dória por faixa etária média na seção eleitoral



Fonte: Elaboração das autoras a partir dos dados do TSE

Gráfico 9 – Gráfico de dispersão da votação no 1º turno Alckmin x Dória por faixa etária média na seção eleitoral



Fonte: Elaboração das autoras a partir dos dados do TSE

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de discutirmos os resultados das análises apresentadas neste artigo, é necessário sublinhar as suas limitações. Embora ao longo do texto tenhamos tentado formular algumas hipóteses que podem ajudar a explicar por que a votação recebida por Dória no primeiro turno na maioria das seções eleitorais foi inexpressiva quando comparada à de Alckmin, não apresentamos resultados que atestem com segurança nossas conjecturas.

Nosso objetivo principal foi menos ambicioso. Ao invés de explicar a diferença da votação entre os dois candidatos, concentramo-nos em descrever as diferenças e os padrões observados entre as duas votações tucanas. O valor do esforço realizado aqui pode ser atribuído à necessidade de sair do âmbito especulativo sobre as sete eleições consecutivas do PSDB para o governo do estado de SP e verificar mais a fundo a heterogeneidade que abrange essa continuidade *sui generis* no poder estadual.

Este estudo exploratório se destaca pelo uso de uma base de dados original com informações para o menor nível de agregação no estado, as seções eleitorais. Organizamos dados

de votação no primeiro turno e grau de escolaridade média para cerca de 86% das seções eleitorais existentes em SP em 2018. Apesar da perda de dados decorrente da junção de informações para dois anos eleitorais, os resultados, até prova em contrário, podem ser lidos como indícios muito próximos daquilo que descobriríamos caso tivéssemos a totalidade das seções.

Nosso principal contributo à literatura especializada em política subnacional consiste em observar ao mesmo tempo a diferença quantitativa entre duas votações recebidas pelo mesmo partido em pleitos consecutivos e a similaridade delas no que diz respeito ao perfil educacional das seções eleitorais onde o partido tendeu a receber maior porcentagem de votos.

Apesar de João Dória ter perdido em relação a Alckmin entre 50 e 99 votos nominais em mais de 60% das seções eleitorais, o cruzamento de ambas as votações com o grau de escolaridade média das seções mostra uma tendência similar no perfil educacional da localidade onde Alckmin e Dória tiveram melhor desempenho. Os nossos dados indicam que a votação de ambos os candidatos tendeu a melhorar à medida que o grau médio de educação e a faixa de idade na seção aumentaram. Tais resultados sinalizam para duas tendências já apontadas pela literatura.

Em primeiro lugar, a diminuição da votação de Dória em 2018, quando comparada à de Alckmin quatro anos antes, confirma para o nível de seção eleitoral o que já havia sido confirmado no nível do município: que as agremiações partidárias têm maior sucesso de reeleição quando lançam o mesmo candidato que foi vitorioso na eleição anterior (Maia, 2014).

Esse foi o caso, por exemplo, do PSDB entre as eleições de 2010 e 2014, com a candidatura de Geraldo Alckmin. Em contrapartida, “quando o partido tenta a reeleição, mas não lança a mesma candidatura, há significativo decréscimo na proporção de votos recebida pelo novo candidato” (Maia, 2014: 435).

Apesar do perfil distinto de Alckmin e Dória, ambos tiveram êxito na competição ao governo de SP pelo mesmo partido. Nesse sentido, ainda que outros elementos, como a avaliação dos governos, sejam fundamentais para se compreender o retorno eleitoral de partidos incumbentes, a manutenção do PSDB em SP parece ser atravessada pela centralidade adquirida pela agremiação no sistema partidário paulista.

Em segundo lugar, a propensão de melhor desempenho eleitoral nas seções eleitorais que apresentam maior grau de escolaridade média ratifica algo também já evidenciado no nível municipal na eleição de Alckmin para o governo paulista em 2010: a porcentagem de votos no PSDB nessa eleição diminuiu à medida que a escolaridade do município decresceu (Maia, 2016).

Da mesma forma, a correlação positiva entre faixa etária média e votação nas seções eleitorais vai de encontro à associação positiva encontrada entre o índice de envelhecimento no município e o voto recebido por Alckmin nas eleições de 2002, 2010 e 2014. Nessas três eleições, “quanto maior o grau de envelhecimento no município, a proporção de votos em Geraldo Alckmin tendeu a crescer” (Maia, 2016: 276).

Assim, apesar da drástica diminuição dos votos recebidos pelo partido na última eleição, a legenda tende a manter ao longo dos pleitos eleitores cativos que formam uma base de apoio.

Por fim, o caráter descritivo deste estudo abre portas para investigações futuras, que refinem e agreguem dados além dos apresentados aqui e avancem mais no campo da explicação. Estudos futuros devem ressaltar a importância de investigar as dinâmicas eleitorais e partidárias no nível subnacional, a fim de evidenciar associações, semelhanças e diferenças em relação ao que ocorre no plano nacional.

REFERÊNCIAS

- Almeida, Alberto Carlos. 2008. *A cabeça do eleitor: estratégia de campanha, pesquisa e vitória eleitoral*. Rio de Janeiro: Record.
- Avelino, George; Biderman, Ciro e Barone, Leonardo. 2012. Articulações Intrapartidárias e Desempenho Eleitoral no Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 55(4): 987-1013.
- Baquero, Marcelo e Vasconcelos, Camila. 2013. Crise de representação política, o surgimento da antipolítica e os movimentos apartidarismo no Brasil. *5º Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação Política*, Curitiba.
- Borba, Felipe e Cervi, Emerson. 2017. Relação entre propaganda, dinheiro e avaliação de governo no desempenho de candidatos em eleições majoritárias no Brasil. *Opinião Pública*, 23(3): 754-785.
- Borges, André e Vidigal, Robert. 2018. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. *Opinião Pública*, 24(1): 53-89.
- Borges, André e Lloyd, Ryan. 2016. Presidential coattails and electoral coordination in multilevel elections: Comparative lessons from Brazil. *Electoral Studies*, 43(1): 104-114.
- Braga, Maria do Socorro S. 2008. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. *Opinião Pública*, 14(2): 454-485.
- Braga, Maria do Socorro S. e Pimentel, Jairo. 2011. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? *Opinião Pública*, 17(2): 271-303.
- Braga, Maria do Socorro S.; Costa, Valeriano M. e Fernandes, Jean. L. M. 2018. Dinâmica de funcionamento e controle do poder nos partidos políticos: os casos do PT e PSDB no estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 33(96): 1-26.
- Couto, Cláudio Gonçalves. 2014. 2014 – Novas eleições críticas? *Em Debate*, 6(6): 17-24.
- Dias, André Luiz V. e Kerbauy, Maria Teresa M. 2015. Engajamento cívico e escolaridade superior: as eleições de 2014 e o comportamento político dos brasileiros. *Revista de Sociologia e Política*, 23(56): 149-181.
- Duverger, Maurice. 1980. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar/UnB.

Jalali, Carlos. 2007. *Partidos e Democracia em Portugal: 1974-2005: da revolução ao bipartidarismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Kerbaui, Maria Teresa M. e Dias, André Luiz V. 2017. O comportamento eleitoral dos paulistas e dos brasileiros nas eleições de 2002 e 2014. *Opinião Pública*, 23(1): 60-95.

Lamounier, Bolivar. 1980. O voto em São Paulo, 1970-1980. In: Lamounier, Bolivar (Org.), *Voto de desconfiança, eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979*. São Paulo: Vozes.

Limongi, Fernando e Guarnieri, Fernando. 2014. A base e os partidos: eleições presidenciais no Brasil pós-redemocratização. *Novos Estudos, CEBRAP*, (99): 5-24.

Limongi, Fernando e Mesquita, Lara. 2008. Estratégia partidária e preferência dos eleitores: as eleições municipais em São Paulo entre 1985 e 2004. *Novos Estudos, CEBRAP*, (81): 49-67.

Lisi, Marco. 2011. *Os partidos políticos em Portugal: continuidade e transformação*. Coimbra: Almedina.

Maciel, Ana Paula B.; Alarcon, Anderson de Oliveira e Gimenes, Éder Rodrigo. 2017. Partidos Políticos e Espectro Ideológico: Parlamentares, Especialistas, Esquerda e Direita no Brasil. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, 8(3): 72-88.

Mainwaring, Scott. 2006. The Crisis of Representation in the Andes. *Journal of Democracy*, 17(3): 13-27.

Mainwaring, Scott. 2001. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV.

Maia, Jayane dos Santos. 2014. Geografia eleitoral e manutenção do poder: a importância das bases eleitorais para a reeleição do executivo estadual. *Paraná Eleitoral*, 3(3): 407-436.

Maia, Jayane dos Santos. 2016. Os tucanos no governo de São Paulo: o peso dos indicadores socioeconômicos municipais no voto em Geraldo Alckmin nas eleições de 2002, 2010 e 2014. *Política e Sociedade*, 15(34): 257-282.

Meneguello, Rachel e Bizzarro, Fernando. 2012. Contexto e competição na política paulista. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 55(1): 119-171.

Nicolau, Jairo. 2014. Determinantes do voto no primeiro turno das eleições presidenciais brasileiras de 2010: uma análise exploratória. *Opinião Pública*, 20(3): 311-325.

Ribeiro, Ednaldo; Borba, Julian e Silva, Rafael. 2015. Comparecimento eleitoral na América Latina: uma análise multinível comparada. *Revista de Sociologia e Política*, 23(54): 91-108.

Roma, Celso. 2002. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(49): 71-92.

Speck, Bruno. W. e Netto, Gabriela Figueiredo. 2017. Partidos e lideranças nos sistemas partidários subnacionais: estudo exploratório de dois estados brasileiros. *41º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Anais da ANPOCS*.

Veiga, Luciana. Fernandes. 2007. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e

continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. *Opinião Pública*, 13 (2): 340-365.

Weffort, Francisco. 1965. *Raízes sociais do populismo em São Paulo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Zucco, Cesar. 2009. Esquerda, Direita e Governo: A ideologia dos partidos políticos brasileiros. *Apresentação para o Seminário "Legislator Views of Brazilian Governance"*, Universidade de Oxford, setembro de 2009: 1-18.